

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E
ASSISTÊNCIA TÉCNICA A DIVERSOS
EQUIPAMENTOS MÉDICOS DO CENTRO DE
MEDICINA E REABILITAÇÃO DE ALCOITÃO**

PROCESSO N.º **05CPR/2021/CMRA**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONSULTA PRÉVIA**

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS	4
1. OBJETO DO PROCEDIMENTO	4
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	4
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO O CONTRATO A CELEBRAR	4
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	5
5. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA	5
6. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO	6
7. PREÇO BASE.....	6
8. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO	8
9. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	9
10. REVISÃO DE PREÇOS	9
11. CAUÇÃO.....	9
12. SEGURO.....	10
13. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO.....	10
14. PENALIDADES.....	11
15. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	11
16. RESPONSABILIDADE	12
17. RESOLUÇÃO.....	12
18. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML.....	13
19. ATOS DE TERCEIROS.....	13
20. PUBLICIDADE.....	14
21. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	14
22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	14
23. CONFIDENCIALIDADE.....	16
24. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR.....	16
25. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	17
26. GESTOR DO CONTRATO	17
27. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	18
28. IDENTIFICAÇÃO DOS LOTES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PERIODICIDADE, ...	18
29. PERIODICIDADE DAS INTERVENÇÕES:	19
30. HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAL DE EXECUÇÃO	19
31. APOIO TÉCNICO.....	20
32. PROCEDIMENTOS GERAIS A CONSIDERAR NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	20
33. ASSISTÊNCIA TECNICA	21
34. MANUTENÇÃO CURATIVA.....ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.	22
35. MANUTENÇÃO CURATIVA.....	23
36. TAXA DE DISPONIBILIDADE DO EQUIPAMENTO.....	23
37. QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	23
38. PESSOAL.....	23
39. REMOÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO CMRA	24
40. SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS.....	24
41. RELATÓRIO DE INTERVENÇÃO	25

ANEXOS:

ANEXO A: IDENTIFICAÇÃO DOS LOTES E PERIODICIDADES MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO

ANEXO B: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM FORMATO PDF)

ANEXO C: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia para a **Prestação de Serviços de Manutenção e Assistência Técnica a Diversos Equipamentos Médicos do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão**, em conformidade com as condições e características técnicas definidas neste Caderno de Encargos.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **5 (cinco) LOTES**, melhor identificados na **Cláusula 28ª** do presente caderno de encargos, e que seguidamente se indicam:

- **Lote 1:** Equipamentos Hocoma - Armeo;
- **Lote 2:** Equipamento Hocoma - Lokamat;
- **Lote 3:** Equipamento Electromiógrafo Medtronic Keypoint;
- **Lote 4:** Ecógrafo Philips EnVisor C e Sondas;
- **Lote 5:** Ecógrafo Siemens ACUSON NX3 Elite;

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita na Calçada da Glória, n.º 53, 1250-112 Lisboa, com o endereço eletrónico ua-cmra@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO O CONTRATO A CELEBRAR

Na execução do contrato objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato, considerando-se integradas no mesmo este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta do Adjudicatário e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no convite;
- b) Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante;
- c) As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de

fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de bens a fornecer no âmbito do presente caderno de encargos.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1.** Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
- 1.º** Os termos dos suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados e expressamente aceites pela SCML;
 - 2.º** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
 - 3.º** O presente Caderno de Encargos, com todos os documentos que o constituem;
 - 4.º** A proposta do Adjudicatário;
 - 5.º** Os esclarecimentos sobre a proposta do Adjudicatário, prestados pelo mesmo.
- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o Adjudicatário deverá:
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início do contrato, o Adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual das prestações contratuais, tal como previsto neste Caderno de Encargos.
- 4.4.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer bens a que se refere o presente Caderno de Encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com o Adjudicatário.

6. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

- 6.1.** O(s) contrato(s) a celebrar na sequência do presente procedimento entra em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de **12 (doze) meses** a contar daquela data.
- 6.2.** Nos casos em que o valor adjudicado seja igual ou inferior a €10.000,00 (dez mil euros), uma vez que não há lugar a redução a escrito, o respetivo contrato a celebrar entrará em vigor no prazo de 10 (dez) dias após a entrega de todos os documentos de habilitação válidos pelo Adjudicatário.

7. PREÇO BASE

A fixação de um preço base global de **21.200,00 € (vinte e um mil e duzentos euros)**, que corresponde ao preço máximo a pagar, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, para efeitos de proposta que englobe os **5 (cinco) LOTES** e que corresponde ao somatório dos seguintes preços base por Lote, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor:

- 7.1. LOTE 1: 3.600,00 € (três mil e seiscientos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração de **12 (doze) meses**.

7.1.1. Do preço por LOTE referido em **7.1.**, o valor máximo de **2.400,00€ (dois mil e quatrocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica de forma a assegurar o funcionamento do equipamento de acordo com as suas especificações, incluindo as deslocações e mão-de obra.

7.1.2. Do preço por LOTE referido em **7.1.**, o valor máximo de **1.200,00 € (mil e duzentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento da eventual manutenção curativa, designadamente, reparações, substituição de componentes, peças e/ou acessórios, não contemplados na manutenção preventiva, incluindo as deslocações e mão-de obra, **em bolsa**, dos equipamentos identificados na cláusula 28.ª do caderno de encargos.

- 7.2. LOTE 2: 9.500,00 € (nove mil e quinhentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração de **12 (doze) meses**.

7.2.1. Do preço por LOTE referido em **7.2.**, o valor máximo de **7.600,00€ (sete mil e seiscientos euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica de forma a assegurar o funcionamento do equipamento de acordo com as suas especificações, incluindo as deslocações e mão-de obra.

- 7.2.2.** Do preço por LOTE referido em **7.2.**, o valor máximo de **1.900,00 € (mil e novecentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento da eventual manutenção curativa, designadamente, reparações, substituição de componentes, peças e/ou acessórios, não contemplados na manutenção preventiva, incluindo as deslocações e mão-de obra, **em bolsa**, dos equipamentos identificados na cláusula 28.ª do caderno de encargos.
- 7.3. LOTE 3: 2.250,00 € (dois mil duzentos e cinquenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração de **12 (doze) meses**.
- 7.3.1.** Do preço por LOTE referido em **7.3.**, o valor máximo de **1.500,00 € (mil e quinhentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica de forma a assegurar o funcionamento do equipamento de acordo com as suas especificações, incluindo as deslocações e mão-de obra.
- 7.3.2.** Do preço por LOTE referido em **7.3.**, o valor máximo de **750,00 € (setecentos e cinquenta euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento da eventual manutenção curativa, designadamente, reparações, substituição de componentes, peças e/ou acessórios, não contemplados na manutenção preventiva, incluindo as deslocações e mão-de obra, **em bolsa**, dos equipamentos identificados na cláusula 28.ª do caderno de encargos.
- 7.4. LOTE 4: 2.475,00 € (dois mil quatrocentos e setenta e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração de **12 (doze) meses**.
- 7.4.1.** Do preço por LOTE referido em **7.4.**, o valor máximo de **1.650,00 € (mil seiscentos e cinquenta euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica de forma a assegurar o funcionamento do equipamento de acordo com as suas especificações, incluindo as deslocações e mão-de obra.
- 7.4.2.** Do preço por LOTE referido em **7.4.**, o valor máximo de **825,00 € (oitocentos e vinte cinco euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento da eventual manutenção curativa, designadamente, reparações, substituição de componentes, peças e/ou acessórios, não contemplados na manutenção preventiva, incluindo as deslocações e mão-de obra, **em bolsa**, dos equipamentos identificados na cláusula 28.ª do caderno de encargos.
- 7.5. LOTE 5: 3.375,00 € (três mil trezentos e setenta e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração de **12 (doze) meses**.

- 7.5.1.** Do preço por LOTE referido em **7.5.**, o valor máximo de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica de forma a assegurar o funcionamento do equipamento de acordo com as suas especificações, incluindo as deslocações e mão-de obra.
- 7.5.2.** Do preço por LOTE referido em **7.5.**, o valor máximo de **875,00 € (oitocentos e setenta e cinco euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para o período de duração contratual, destina-se ao pagamento da eventual manutenção curativa, designadamente, reparações, substituição de componentes, peças e/ou acessórios, não contemplados na manutenção preventiva, incluindo as deslocações e mão-de obra, **em bolsa**, dos equipamentos identificados na cláusula 28.ª do caderno de encargos.
- 7.6.** O preço base indicado nos pontos antecedentes foi fixado na sequência de realização de consulta preliminar ao mercado para obtenção de preços atualizados.
- 7.7.** Não obstante o acima exposto, apenas serão pagos os bens e serviços efetivamente encomendados e fornecidos.

8. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1.** Pela prestação de serviços e o fornecimento de bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SCML obriga-se a pagar ao Adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 8.2.** O preço base referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação de serviços e o fornecimento de bens, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.
- 8.3.** O Adjudicatário obriga-se a executar pelos preços constantes do contrato, do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os serviços constantes deste Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os serviços subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo(s) seu(s) representante(s).
- 8.4.** São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução contratual objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

- 8.5.** No decurso da prestação de serviços a SCML pode solicitar ao Adjudicatário a suspensão total ou a transferência para outro local dos serviços a prestar comprometendo-se o Adjudicatário a manter os preços e as restantes condições acordadas.

9. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico, e enviadas diretamente ao Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML, para o endereço faturaeletronica@scml.pt devendo mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML, o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 9.2.** Sem prejuízo do previsto no número anterior, nos prazos e para as entidades previstas na lei, é permitido o envio das faturas por outros suportes que não os eletrónicos para o endereço eletrónico fatura@scml.pt, ou na impossibilidade de processamento de faturas digitais, as mesmas deverão ser enviadas para a morada do referido Núcleo sito na Calçada da Glória, n.º 53 1250-112 Lisboa.
- 9.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.
- 9.4.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com o contrato, esta comunicará tal decisão à SEGUNDA OUTORGANTE, sendo as mesmas devolvidas, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 9.5.** O incumprimento reiterado das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da **cláusula 17.** do caderno de encargos.

10. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

11. CAUÇÃO

- 11.1.** Considerando que o preço contratual é inferior a **€ 200.000,00 (duzentos mil euros)**, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP não é exigida ao Adjudicatário a prestação de caução.
- 11.2.** Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

12. SEGURO

- 12.1.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste Caderno de Encargos, deverá o Adjudicatário possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução do Contrato a celebrar na sequência deste procedimento, nomeadamente, deverá ser tomador da apólice de seguro de Seguro de Responsabilidade Civil.
- 12.2.** Os encargos referentes ao seguro imposto por este Caderno de Encargos são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.
- 12.3.** O seguro deverá ser contratado junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.
- 12.4.** A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento ao Adjudicatário a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.
- 12.5.** Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será da responsabilidade do Adjudicatário.
- 12.6.** A apólice de seguro referida no número **1**. Da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas à mesma é o de Lisboa.

13. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

- 13.1.** O contrato pode ser modificado:
- 13.1.1.** Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - 13.1.2.** Por decisão judicial ou arbitral;
 - 13.1.3.** Por decisão da SCML, com fundamento em razões de interesse público.
- 13.2.** O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:
- 13.2.1.** Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
 - 13.2.2.** Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.
- 13.3.** A modificação do contrato encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

14. PENALIDADES

- 14.1.** No caso de o Adjudicatário não prestar os serviços no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou nas estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:
- 14.1.1.** Resolver o contrato nos termos legais;
 - 14.1.2.** Adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo do Adjudicatário.
- 14.2.** A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:
- 14.2.1.** Forem excedidos os respetivos prazos; ou,
 - 14.2.2.** Não forem respeitadas as periodicidades mínimas de manutenção indicadas no **Anexo A** ao Caderno de Encargos;
 - 14.2.3.** A prestação de serviços não estiver conforme o exigido no presente Caderno de Encargos, e o Adjudicatário não tenha corrigido no prazo fixado para o efeito pela SCML.
- 14.3.** O gestor do contrato pode propor as penalidades que considere mais adequadas para o tipo de contrato em causa, tendo sempre em atenção o limite máximo de 20% do preço contratual, o qual pode ser elevado para 30% nos casos do artigo 329.º n.º 3 do CCP.
- 14.4.** As importâncias resultantes das penalidades aplicadas, serão descontadas em faturas por liquidar, deduzidas nos depósitos, por acionamento das garantias ou da retenção prevista na **cláusula 11.2.** do presente Caderno de Encargos.
- 14.5.** Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.
- 14.6.** A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

15. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 15.1.** O Adjudicatário não poderá por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos serviços objeto do contrato a celebrar por subcontratação, nem poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.
- 15.2.** No caso de subcontratação, o Adjudicatário permanece integralmente responsável perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes do contrato.
- 15.3.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

16. RESPONSABILIDADE

- 16.1.** Se o Adjudicatário ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverá o Adjudicatário indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.
- 16.2.** O Adjudicatário assume integral responsabilidade pelos serviços contratados sendo o único responsável perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.
- 16.3.** O Adjudicatário responde, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades, ou omissões na execução do contrato, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o Adjudicatário provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.
- 16.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato resultem de dados fornecidos pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.
- 16.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, o Adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do Adjudicatário, sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.
- 16.6.** As ações de supervisão e controlo da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere à sua execução do contrato.

17. RESOLUÇÃO

- 17.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo Adjudicatário, após este último ter sido notificado desse incumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.
- 17.2.** A SCML poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do Adjudicatário, designadamente, nos casos seguintes:
 - 17.2.1.** Se o Adjudicatário, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes da presente prestação de serviços;
 - 17.2.2.** Se se verificar o previsto em **14.5**;
 - 17.2.3.** Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução da prestação de serviços;
 - 17.2.4.** Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução da prestação de serviços;
 - 17.2.5.** Quando o cumprimento se torne impossível;

- 17.2.6.** Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.
- 17.3.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Adjudicatário e da resolução.
- 17.4.** Se a resolução for imputável ao Adjudicatário, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos **serviços** afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 17.5.** Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do Adjudicatário será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida, ou por acionamento da retenção, pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML o mesmo deverá ser pago pelo Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.
- 17.6.** A SCML, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o contrato com o Adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, enviada, sempre que possível, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias seguidos.
- 17.7.** A SCML poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

18. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

- 18.1.** No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Adjudicatário fica obrigado a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO B** ao presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em http://www.scml.pt/pt-PT/scml/sustentabilidade/compras_sustentaveis/codigo_de_conduta_dos_fornecedores/.
- 18.2.** O Adjudicatário deverá entregar, com a outorga do contrato, a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante do **ANEXO C** ao presente Caderno de Encargos.
- 18.3.** Caso não haja lugar a redução o escrito do contrato, fica o Adjudicatário dispensado da entrega do **ANEXO C** referido no ponto antecedente.

19. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que o Adjudicatário sofra impedimento na execução da prestação de serviços para que foi contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar a SCML de

modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

20. PUBLICIDADE

O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

21. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

21.1. São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação de serviços objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.

21.2. Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelo Adjudicatário do disposto no ponto anterior, o Adjudicatário indemnizará a SCML por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1. Sempre que a execução do contrato implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, o Adjudicatário obriga-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

22.2. Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

22.3. Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, o Adjudicatário obriga-se a:

22.3.1. Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;

- 22.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
- 22.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
- 22.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
- 22.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 22.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 22.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 22.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 22.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Adjudicatário, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 22.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluído o fornecimento dos bens relacionado com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 22.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.

22.4. O Adjudicatário obriga-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:

22.4.1. Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário no âmbito do presente procedimento;

22.4.2. A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.

22.5. A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelo Adjudicatário, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o Adjudicatário, mantendo-se este, em todo o caso, plenamente responsável perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

23. CONFIDENCIALIDADE

23.1. O Adjudicatário (incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados) obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do Contrato, mesmo após o seu termo, salvo por motivo legal ou requerimento judicial.

23.2. Esta obrigação de confidencialidade não abrange a informação que, previamente ao fornecimento da informação, já tenha sido legitimamente divulgada por ou a terceiros.

23.3. Além da informação referida no número anterior, não se considera como sujeita à obrigação de confidencialidade a informação que:

23.3.1. Se encontre disponível para o público em geral;

23.3.2. Ambas as partes acordem, por escrito, na possibilidade da sua divulgação;

23.3.3. Seja transmitida a qualquer das partes por terceiro;

23.3.4. Já fosse do conhecimento de qualquer das partes à data da celebração do contrato;

23.3.5. Seja divulgada no cumprimento de uma ordem judicial ou de uma entidade reguladora com a necessária autoridade.

23.4. A obrigação de confidencialidade mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança às pessoas coletivas.

24. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

24.1. Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 10 (dez)

dias seguidos, através de carta registada com aviso de receção para que de colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

- 24.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução do contrato objeto do presente procedimento por parte do Adjudicatário, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

25. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 25.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na **Cláusula 2.ª** do presente Caderno de Encargos.
- 25.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no Caderno de Encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

26. GESTOR DO CONTRATO

- 26.1.** A SCML designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 26.2.** Ao gestor do contrato compete, em caso de deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 26.3.** O Adjudicatário deverá comunicar à SCML, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da notificação da decisão da adjudicação e em simultâneo com os documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução do contrato.

27. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 27.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente fornecimento de bens presente será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 27.2.** Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

28. IDENTIFICAÇÃO DOS LOTES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PERIODICIDADE

28.1 A identificação e composição de cada um dos **5 (cinco) LOTES**, com as periodicidades constantes do mesmo e as características técnicas (termos ou condições), do objeto do presente procedimento encontram-se discriminadas no **ANEXO A** do presente caderno de encargos.

28.2 O objeto do contrato a celebrar, inclui, designadamente, as atividades como parâmetros mínimos de manutenção:

- a) Manutenção das capacidades normais de funcionamento do equipamento;
- b) Manutenção da segurança dos equipamentos e de todos os seus acessórios;
- c) Operações de substituição profilática de componentes, a intervalos regulares, de acordo com o preconizado pelo fabricante;
- d) Limpeza lubrificação e beneficiação dos equipamentos, incluído o exterior dos equipamentos;
- e) Verificação e inspeção aos sistemas;
- f) Controlo e afinações mecânicas e elétricas;
- g) Calibrações, “back-ups”, ajustes de parâmetros e diagnóstico de software;
- h) Controlo da qualidade de imagem do equipamento (sempre que aplicável);
- i) Atualizações de Software (sempre que aconselhado pelo fabricante);
- j) Suporte telefónico para assistência técnica remota;
- k) Diagnóstico do estado funcional do equipamento;
- l) Ensaios gerais e específicos de funcionamento e de segurança do equipamento/sistema;
- m) Apresentação dos relatórios técnicos de manutenção / inspeção;
- n) Relatório com as não conformidades detetadas e propostas de medidas corretivas.

28.3 Incluem-se ainda no objeto, todas as operações acessórias às descritas no ponto antecedente, designadamente:

- a) Mão-de-obra necessária à manutenção preventiva, assistência técnica e manutenção curativa durante o período de vigência do contrato;
- b) Todos os encargos de transporte e deslocação de pessoal, equipamentos, material e respetivos riscos associados, nas ações de manutenção preventiva e curativa e assistência técnica
- c) Todos os encargos decorrentes de avarias ou danos provocados no equipamento por comprovada negligência ou incompetência do técnico afeto à prestação de serviços pelo adjudicatário;

- d) Materiais de consumo profilático tais como: produtos de limpeza, produtos de lubrificação, pequenos acessórios, onde se incluem, entre outros, parafusos, porcas, anilhas, vedantes e outros similares, utilizados nas rotinas de manutenção;
- e) Remoção e tratamento de todo o tipo de resíduos – respeitando integralmente a legislação em vigor aplicável a este tipo de equipamentos – decorrentes das ações de manutenção.
- f) Remoção e reinstalação do equipamento, quando a manutenção tenha de decorrer nas instalações do adjudicatário, ou outras;

29 Periodicidade das intervenções:

- 29.1** As ações de assistência e manutenção deverão respeitar as normas e legislação específica para a atividade objeto do contrato a celebrar, e o “checklist” e periodicidades de manutenção fixadas pelo fabricante, não podendo, contudo, em caso algum ser inferiores às indicadas no **Anexo A ao presente Caderno de Encargos, - “Periodicidades mínimas de manutenção”**.
- 29.2** As intervenções e periodicidades referidas no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos não desobrigam o adjudicatário da realização de verificações ou manutenções adicionais que se revelem necessárias para o normal e correto funcionamento e segurança dos equipamentos.
- 29.3** Para além das ações de manutenção constantes do **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos, o adjudicatário dará toda a assistência técnica que seja necessária, durante todo o prazo de execução contratual.

30 Horário da prestação de serviços e Local de execução

- 30.1** As ações de assistência técnica e manutenção serão realizadas pelo adjudicatário, **nos dias úteis, de 2ª Feira a 6ª Feira entre as 09h00 e as 17h00.**
- 30.2** Atendendo às periodicidades das intervenções referidas na Cláusula anterior, o adjudicatário deverá agendar com a Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE) do CMRA, o dia e hora em que as mesmas ocorrerão.
- 30.3** As assistências deverão ser realizadas nos dias e nos períodos indicados no número 1 da presente Cláusula, só assim não acontecendo por razões de urgência do CMRA, por impossibilidade de intervenção no equipamento no período definido ou por outros motivos imprevistos.
- 30.4** Os serviços serão prestados nas instalações do **CMRA sitas na Rua Conde Barão, Alcoitão, 2649-506 Alcabideche.**

31 Apoio técnico

- 31.1** O Adjudicatário dará obrigatoriamente todo o apoio técnico e assistência aos equipamentos do CMRA identificados no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos, sendo sua responsabilidade a elaboração de recomendações e pareceres técnicos sobre condições de funcionamento, segurança e alterações ou necessidade substituição de equipamentos.
- 31.2** Os pareceres e recomendações referidos no ponto antecedente tanto podem ser solicitados pelo CMRA durante o período de execução contratual, como devem ser fornecidos independentemente de solicitação, pelo adjudicatário.
- 31.3** O Adjudicatário deverá também aferir da conformidade dos equipamentos indicados no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos, com as exigências legais e normativas em vigor aplicáveis a esses equipamentos.
- 31.4** O Adjudicatário poderá propor alternativas e recomendações sobre as condições de funcionamento dos equipamentos.

32 Procedimentos gerais a considerar na prestação de serviços

- 32.1** O Adjudicatário realizará a manutenção corretiva aos equipamentos identificados no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos, sempre que seja necessário repor as condições de bom funcionamento ou segurança devido a anomalias e avarias que possam surgir durante o período de vigência do contrato, após aprovação escrita de proposta apresentada previamente para a reparação.
- 32.2** O Adjudicatário realizará as manutenções preventivas, incluindo a substituição de peças e acessórios envolvidos nessas ações de manutenção, devendo ser respeitado o planeamento de manutenção aprovado.
- 32.3** Em caso de anomalia detetada fora das ações de manutenção preventiva, o Adjudicatário prestará a assistência técnica necessária, para diagnóstico do problema, procurando repor as condições de normal funcionamento do equipamento.
- 32.4** Após cada intervenção de manutenção preventiva, manutenção curativa ou assistência técnica, o adjudicatário entregará ao responsável da UIE do CMRA, o respetivo Relatório de Intervenção, com a indicação de todos os trabalhos realizados e tempo despendido.
- 32.5** A não entrega do Relatório de Intervenção identificada no ponto antecedente determina o não pagamento dos trabalhos realizados.
- 32.6** Nas ações de manutenção preventiva deverá ser colocado um selo junto ao equipamento com o registo da data de execução da manutenção, rubrica legível do técnico que a realizou e data da próxima intervenção.
- 32.7** No caso de as intervenções ocorrerem fora do horário definido na **Cláusula 30ª** supra, deverá o Adjudicatário enviar um relatório no dia imediatamente seguinte ao da intervenção, com a justificação da intervenção ter ocorrido fora do horário estipulado, indicação da natureza

da intervenção prestada e resultado da mesma, indicando qual o equipamento intervencionado.

- 32.8** No caso previsto no número antecedente, o Adjudicatário deverá comunicar essa intervenção à UIE do CMRA com uma antecedência mínima de 12h, de forma a este designar um funcionário para acompanhar essa intervenção.
- 32.9** O Adjudicatário realizará todos os ensaios necessários para a verificação do grau de segurança do equipamento para os utilizadores com a periodicidade internacionalmente recomendada para cada caso, ou de acordo com a recomendação expressa dos fabricantes, com elaboração de relatório que deverá ser entregue à UIE.
- 32.10** Todas as intervenções do adjudicatário deverão cumprir todos os diplomas legais em vigor aplicáveis à manutenção deste tipo de equipamentos.
- 32.11** A UIE poderá solicitar a apresentação de relatório de atividade, nomeadamente quanto à eficácia dos meios utilizados na manutenção, eficiência dos processos e resultados obtidos.

33 Manutenção Preventiva

- 33.1** A periodicidade das ações de manutenção preventiva deverão respeitar as normas e legislação específica da atividade objeto do contrato a celebrar, o "checklist" e periodicidades de manutenção fixadas pelo fabricante, não podendo, contudo, em caso algum ser inferiores às indicadas no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos – **"Periodicidades mínimas de manutenção"**.
- 33.2** No prazo máximo de 10 dias, a contar da data da entrega dos Documentos de Habilitação, o **CMRA** comunicará ao adjudicatário a sua decisão relativamente ao Plano de Manutenção apresentado com os documentos da proposta, para os equipamentos indicados no **Anexo A** ao presente caderno de encargos;
- 33.3** O planeamento apresentado terá necessariamente de merecer concordância, por escrito da UIE.
- 33.4** Caso o plano apresentado pelo Adjudicatário não tenha obtido a concordância do da UIE do CMRA, deverá o adjudicatário apresentar outro em alternativa no prazo máximo de 5 dias.
- 33.5** Em todas as ações a que se refere a presente cláusula deverá ser colocado um selo junto de cada equipamento com o registo da data de execução da manutenção, rubrica legível do técnico que a realizou e data da próxima intervenção.
- 33.6** Na manutenção estão incluídas a substituição dos componentes profiláticos sujeitos a desgaste e referidos nos manuais de serviço, ou sempre que o seu estado de conservação o aconselhe.
- 33.7** Nas intervenções de manutenção preventiva estão incluídas todas as deslocações e mão-de-obra necessárias.

- 33.8** A manutenção preventiva pressupõe ainda o controlo eficaz dos dispositivos que tenham a ver com medidas de segurança elétrica e mecânica;
- 33.9** As ações de manutenção deverão ser executadas de forma a evitar a degradação precoce do equipamento, bem como a maximizar o tempo médio entre avarias (MTBF).
- 33.10** Caso o Adjudicatário não execute a manutenção em respeito pelas periodicidades constantes da sua proposta, que devem respeitar as periodicidades mínimas constantes do **Anexo A**, ser-lhe-á aplicada a penalidade constante da **Cláusula 14.2** do Caderno de Encargos.
- 33.11** Excetuam-se da previsão do número anterior, as situações em que os equipamentos não sejam disponibilizados pelo serviço do CMRA onde os mesmos se encontram, o que deverá ser justificado e rubricado por esse serviço no Relatório de Intervenção.

34 Assistência Técnica

- 34.1** Sempre que, fora dos dias indicados no planeamento apresentado pelo Adjudicatário para a manutenção, ocorra uma avaria ou anomalia em qualquer dos equipamentos indicados no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos, a que os serviços contratados se destinam, o Adjudicatário após solicitação da UIE do CMRA deverá fazer deslocar ao local a equipa técnica que considere necessária e adequada para verificação e realização do diagnóstico da avaria.
- 34.2** Para efeitos do disposto no ponto antecedente, o tempo máximo de resposta do Adjudicatário, após pedido de comparência do técnico, **não poderá ser superior a 24 horas;**
- 34.3** A assistência técnica inclui toda a mão-de-obra e deslocações necessárias e contempla os seguintes trabalhos:
- a) Inspeção ao equipamento e diagnóstico da anomalia, incluindo todos os teste e ensaios;
 - b) Reposição de parâmetros de funcionamento, configurações e/ou calibração;
 - c) Atualizações e configurações de software;
 - d) Suporte técnico remoto (via telefone) sempre que se revele suficiente e adequado;
 - e) Levantamento das necessidades para elaboração de propostas de reparação;
 - f) Elaboração de relatório de intervenção, propostas de melhoria, pareceres e recomendações de carácter técnico.

35 Manutenção Curativa

- 35.1** Sempre que na sequência de qualquer intervenção de manutenção preventiva ou assistência técnica, o Adjudicatário verifique que qualquer equipamento constante do **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos, necessite de aplicação ou substituição de materiais, peças ou acessórios, obrigatoriamente, deverá apresentar previamente ao CMRA, um relatório com descrição da avaria, juntamente com uma proposta de orçamento para reparação do mesmo, **no prazo máximo de 48 horas, ou 96 horas** desde que

devidamente justificado, a contar da data dessa verificação. O orçamento deverá incluir, obrigatoriamente, o prazo proposto para a reparação. O prazo de reparação deverá ser sempre o menor possível e adequado à complexidade da avaria. Todo o prazo que exceda um tempo máximo de 10 dias (úteis), deverá ser devidamente justificado pelo Adjudicatário.

- 35.2** Após aprovação do CMRA, por escrito, do orçamento, o Adjudicatário deverá proceder à reparação da avaria **dentro do prazo limite apresentado no orçamento**, a contar da data da comunicação da aprovação.
- 35.3** Caso o Adjudicatário não execute a reparação de qualquer equipamento dentro dos prazos indicados no ponto antecedente, ser-lhe-á aplicada a penalidade contratual constante **Cláusula 14.2** do Caderno de Encargos.
- 35.4** A penalidade contratual constante do ponto antecedente não será aplicada, caso a SCML, uma vez aceites pela mesma e por escrito as justificações por parte do Adjudicatário, conceda um prazo mais alargado.

36 Taxa de Disponibilidade do Equipamento

A Taxa de Disponibilidade do Equipamento não poderá ser inferior a 97%, recorrendo-se para o efeito à seguinte fórmula:

$$\text{TDE} = \frac{\text{n.º de dias de operacionalidade}}{365} \times 100$$

37 Qualidade da prestação de Serviços

- 37.1** Em qualquer momento poderá a UIE solicitar ao adjudicatário a apresentação de um relatório de atividade, nomeadamente quanto à eficácia dos meios utilizados na manutenção, eficiência dos processos e resultados obtidos.
- 37.2** A pedido de qualquer das partes, efetuar-se-ão reuniões entre a UIE e o Adjudicatário no sentido de:
- Realizar o balanço e avaliação das intervenções;
 - Ajustar e corrigir procedimentos ou falhas detetadas.
- 37.3** Caso o CMRA verifique que a qualidade ou os níveis mínimos de segurança, dos serviços prestados pelo adjudicatário não obedece aos requisitos normais e médios exigíveis para a atividade a que se destinam, notificará o adjudicatário para que este implemente os critérios de qualidade necessários e adequados.

38 Pessoal

- 38.1** Sempre que os técnicos do adjudicatário se dirijam ao CMRA para prestarem os serviços, deverão apresentar-se na UIE, identificando-se e informando quais os trabalhos que se propõem executar.

- 38.2** Caso a SCML entenda ser conveniente, os técnicos do adjudicatário serão acompanhados por um funcionário do CMRA designado para o efeito.
- 38.3** No final de cada intervenção os técnicos do adjudicatário deverão, antes de abandonar as Instalações do CMRAL, dirigir-se à UIE, a fim de preencherem o respetivo Relatório de Intervenção conforme disposto na Cláusula **41** das presentes Cláusulas Técnicas.
- 38.4** O pessoal do adjudicatário apresentar-se-á devidamente identificado.
- 38.5** O adjudicatário responsabilizar-se-á por todos os danos ou acidentes causados aos utentes, pessoal e ao património da SCML, em virtude de negligência na execução da prestação de serviços.
- 38.6** Sempre que se registre alteração do pessoal técnico afeto pelo adjudicatário à prestação de serviços, o adjudicatário informará o CMRA por escrito, com uma antecedência mínima de 48h, devendo essa informação vir acompanhada de certificação das habilitações desses técnicos necessárias para a prestação de serviços objeto do contrato.

39 Remoção de equipamento para o exterior das instalações do CMRA

- 39.1** Quando não seja possível a verificação do equipamento dentro das instalações do CMRA, o Adjudicatário solicitará à UIE uma autorização para a sua saída, a qual apenas poderá ser autorizada por escrito, sendo o Adjudicatário o único responsável pelos eventuais danos causados, nomeadamente, no transporte e acondicionamento do equipamento, ou extravio do mesmo.
- 39.2** O Adjudicatário não poderá remover para o exterior, qualquer equipamento ou componente, sem o prévio conhecimento e autorização escrita da UIE;
- 39.3** Sempre que o equipamento tenha de permanecer por um período superior a dois dias úteis nas instalações do Adjudicatário, deverá ser fornecida justificação pormenorizada da demora à UIE.
- 39.4** Depois de devidamente verificado pelo adjudicatário, o equipamento será devolvido à UIE, acompanhado do respetivo Relatório de Intervenção que será assinado por responsável desta Unidade. Deverá ainda ser entregue pelo adjudicatário o relatório dos ensaios funcionais e de segurança efetuado, devidamente validado pela UIE.

40 Substituição de peças e acessórios

- 40.1** Sempre que seja identificada a necessidade de substituição de peças e/ ou acessórios, o adjudicatário deverá informar a UIE, da pertinência e necessidade da reparação, mediante a apresentação do respetivo Relatório de Intervenção;
- 40.2** Quaisquer trabalhos, reparações que impliquem substituições de peças e acessórios, ficam dependentes de validação da UIE, por escrito do orçamento apresentado pelo adjudicatário.

- 40.3** O orçamento referido no ponto antecedente, deverá ser sempre precedido da justificação indicada no ponto 1 da presente Cláusula.
- 40.4** Seja qual for a intervenção, o adjudicatário fica impedido de proceder à substituição de peças que alterem o equipamento e que ponham em causa a sua qualidade, a sua fiabilidade e funcionalidade, bem como a responsabilidade do fabricante do equipamento relativamente à garantia dos equipamentos.
- 40.5** A aplicação de quaisquer peças e acessórios nas intervenções fica condicionada à prévia autorização da UIE.
- 40.6** Para efeitos do ponto anterior, depois de previamente autorizada pela UIE, a relação de todas as peças aplicadas deverá ser entregue nesta Unidade para conferência, e respetiva validação do trabalho realizado.
- 40.7** Todas as peças substituídas terão de possuir garantia de qualidade na origem ou certificado de fabricante.

41 Relatório de Intervenção

- 41.1** Por cada intervenção efetuada, quer seja manutenção quer seja assistência técnica, o Adjudicatário deverá elaborar um Relatório de Intervenção onde deverão constar, obrigatoriamente e sempre que aplicável, os seguintes elementos:

41.1.1 Relativamente ao equipamento:

- a) Marca;
- b) Modelo;
- c) Número de série;
- d) Número de inventário;
- e) Número de manutenção do equipamento (atribuído pela UIE);
- f) Serviço / zona onde está localizado.

41.1.2 Relativamente à Intervenção:

41.1.2.1 Manutenção Curativa

- a) Data da receção do pedido e hora de início e fim da intervenção;
- b) Anomalias verificadas;
- c) Material aplicado (designação e se possível referência, e quantidade);
- d) Instrumentos de medida quando utilizados (tipo, marca, modelo);
- e) Descrição pormenorizada da intervenção;
- f) Ensaios de segurança, testes e medições realizados na conclusão da intervenção;
- g) Assinatura legível do executante;
- h) Espaço para confirmação técnica do trabalho, pela Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE).

41.1.2.2 Manutenção Preventiva:

- a) O relatório da manutenção efetuada deverá respeitar o ponto 41.1.1;
- b) Deverá incluir ainda as seguintes alíneas do ponto 41.1.2.1 d), e), f), g) e h), sempre que aplicável;
- c) Deverá descrever com rigor o trabalho realizado, de acordo com o plano de manutenção aprovado e em vigor, preferencialmente do tipo "checklist";
- d) Espaço para a descrição e notas sobre a manutenção efetuada e das reparações recomendadas;
- e) Assinatura legível do executante;

41.1.2.3 Assistência Técnica

- a) Data da receção do pedido;
- b) Anomalias verificadas;
- c) Descrição do trabalho realizado;
- d) Ensaios de segurança, testes e medições realizados na conclusão da intervenção;
- e) Espaço para a descrição e notas sobre as reparações recomendadas;
- f) Assinatura legível do executante

41.3 O Relatório de Intervenção deverá ser confirmado e rubricado por responsáveis do Serviço onde se encontra o equipamento, e pelos responsáveis da UIE, ficando na UIE uma cópia do Relatório.

41.4 Não será aceite nenhum Relatório de Intervenção que não cumpra os procedimentos previstos na presente cláusula.

ANEXO A**IDENTIFICAÇÃO DOS LOTES E PERIODICIDADES MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO****➤ Lote 1: 3 Equipamentos Hocoma – Armeo:**

EQUIPAMENTOS	Nº DE SÉRIE	PERIODICIDADE
ARMEO – Terapia Ocupacional de Adultos	AO 0167	Anual
ARMEO – Terapia Ocupacional de Adultos	AO 0178	Anual
ARMEO – Terapia Ocupacional Pediátrica	AO PE 0009	Anual

➤ Lote 2: Equipamento Equipamento Hocoma – Lokamat:

EQUIPAMENTOS	Nº DE SÉRIE	PERIODICIDADE
LOKOMAT – Ginásio de Fisioterapia	0135	Anual

➤ Lote 3: Equipamento Electromiógrafo Medtronic Keypoint;

EQUIPAMENTOS	Nº DE SÉRIE	PERIODICIDADE
Electromiógrafo Medtronic Keypoint – Gabinete de Eletromiografia - CE	20523	Semestral

➤ Lote 4: Ecógrafo Philips EnVisor C e Sondas;

EQUIPAMENTOS	MODELO	PERIODICIDADE
Ecógrafo Philips - Sala de Ecografia	EnVisor C	Semestral
Sondas Philips - - Sala de Ecografia	21422 A L12-3 C5-2	

➤ Lote 5: Ecógrafo Siemens ACUSON NX3 Elite;

EQUIPAMENTOS	Nº DE SÉRIE	PERIODICIDADE
Ecógrafo Siemens ACUSON NX3 Elite - Consulta Externa	500398	Anual

ANEXO B

**CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO C

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA
CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato de **(.....IDENTIFICAR O PROCEDIMENTO)** celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em (indicar a data).

Data e Local

_____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do declarante e carimbo
